A noção de estilo para um estudo comparativo da antropologia social junto a povos indígenas no Brasil, Canadá, Austrália e Argentina¹

Stephen Grant Baines, DAN/UnB/DF

Palavras-chave: estilos de antropologia, etnologia indígena, estudo comparativo Apresentação

Este trabalho se enquadra no projeto de pesquisa, "Etnologia indígena em contextos nacionais: Brasil, Argentina, Canadá e Austrália", que venho desenvolvendo, cadastrado no CNPq, e constitui uma ampliação e avanço sobre o projeto de pesquisa anterior a partir de uma linha de pesquisa inaugurada no Brasil pelo professor Roberto Cardoso de Oliveira (1988, 1998) que partiu de propostas anteriores de Gerholm & Hannerz (1982), Stocking Jr (1982), e estudos de autores brasileiros como Peirano (1991), Ramos (1990) entre outros, em diálogo estreito com Cardoso de Oliveira. Participei do Grupo de Pesquisa de Cardoso de Oliveira, "Estilos de Antropologia", entre 1990-1997. No meu caso, iniciei um estudo sobre o estilo de etnologia indígena que se pratica na Austrália a partir de 1991, e no Canadá a partir de 1995. O projeto atual trata de dar continuidade e ampliar uma pesquisa sobre etnologia indígena em contextos nacionais diversos a partir do estilo de etnologia indígena que se faz no Brasil, país em que realizei o curso de doutorado na UnB/DAN (1981-1988), sendo, desde 1989, docente no mesmo departamento.

Assim, com base na pesquisa anterior, amplio o projeto para incluir a antropologia social junto a povos indígenas que se produz na Argentina, experiência já iniciada em 2016, em estadia de três meses na Universidade de Buenos Aires (UBA). A pesquisa de mais três meses na Argentina programada para 2021 foi impossibilitada pela pandemia da Covid-19. A proposta de incorporar um novo país latino-americano, Argentina, além de outros desdobramentos e atualizações em curso, segue as linhas de pesquisa que venho desenvolvendo. A inclusão da Argentina se justifica para completar uma comparação entre dois países de colonização britânica e francesa (Austrália e Canadá) e dois países da América Latina de colonização portuguesa e espanhola (Brasil e Argentina). Parto de uma comparação da história da disciplina de antropologia nestes quatro Estados nacionais, o papel da etnologia indígena dentro da antropologia, e questões como as políticas indigenistas e as relações entre os Estados nacionais e as sociedades indígenas que vivem dentro dos seus territórios. Assim, o acréscimo da

_

¹ "Trabalho apresentado na 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022".

Argentina, país geograficamente próximo, embora muito diferente do Brasil, visa ao aprofundamento do estudo do estilo de antropologia com povos indígenas em contexto latino-americano, por meio de novas entrevistas com antropólogos que realizam pesquisas com povos originários na Argentina e o acompanhamento de pesquisas em campo. O projeto de pesquisa está enraizado na prática de etnologia indígena no Brasil, definida por seus praticantes por sua característica de ser politicamente engajada, desde o doutorado sob a orientação do professor Julio Cezar Melatti, e além do tema principal, estilos de etnologia em contextos nacionais nos quatro países referidos, inclui a continuação de pesquisas etnográficas no Brasil sobre a criminalização de indígenas no sistema penitenciário de Roraima e sobre etnicidade e nacionalidade na fronteira Brasil-Guiana.

A pesquisa se justifica pelo fato que visa estabelecer e consolidar laços entre pesquisadores que trabalham dentro de estilos de etnologia indígena não-hegemônicos — no Brasil, na Argentina, no Canadá, e na Austrália — em dois países de colonização por países não-hegemônicos da antropologia, sendo Portugal e Espanha, e em dois países de colonização por países onde a disciplina surgiu e se consolidou, sendo Grã-Bretanha e França, embora a pesquisa esteja sempre em diálogo com a etnologia indígena em nível internacional.

A noção de estilo na antropologia

Roberto Cardoso de Oliveira afirma que toma emprestado a noção de estilo, na forma pela qual ela foi desenvolvida pelo filósofo francês, Gilles-Gaston Granger, em seu livro *Essai d'une philosophie d'style*, que a entende associada à noção de redundância - não mais como meras metáforas linguísticas, mas como conceitos operacionais. Roberto Cardoso de Oliveira em "Notas sobre uma estilística da antropologia" (1995), apenas mostra a possibilidade aberta pela utilização dessas noções em direção a uma estilística.

A partir da noção de estilística de Granger, Cardoso de Oliveira ressalta que

podemos considerar os elementos individualizantes nas antropologias periféricas que lhes conferem particularidades que, por mais marcantes que sejam, não nos autorizam a classificá-las com o epiteto de nacionais. Assim, não ha necessidade de buscarmos nacionalizar nossas antropologias para alcançarmos maior autonomia ou, mesmo, independência frente as antropologias centrais. Tal busca parece-me fundada em um falso problema. Para as antropologias periféricas e, evidentemente, também, para as metropolitanas, o objetivo das diferentes comunidades profissionais está em dominar cada vez mais a matriz disciplinar, sua dinâmica gerada pela tensão inter-

paradigmática, bem como os resultados que alcança, ou têm alcançado, nas diferentes latitudes do planeta. (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000, p. 114).

Com referência específica à antropologia que se pratica em Catalunha e no Québec, comenta Cardoso de Oliveira que,

Os nacionalismos quebequense e catalão estão de tal forma enraizados nas respectivas sociedades que contaminaram a formação histórica de suas antropologias, submetendo-as a um nítido *processo de etnização*. Todavia, cabe esclarecer, que, na modernidade atual das disciplinas, pouco se pode observar sobre o domínio da ideologia étnica em suas respectivas atualizações no Quebec ou na Catalunha. Não se pode, todavia, ignorar que essa etnização, constatada na formação da disciplina, tenha deixado suas marcas, passíveis de observação tão-somente por meio de uma concepção estilística da antropologia. (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000, p. 117)

O mesmo autor adverte sobre o perigo de "nacionalizar a antropologia" que corre o risco de transformar uma disciplina com pretensões universalistas em uma manifestação de nacionalismo metodológico (PEIRANO, 2004). Mariza Peirano explicita, "Por nacionalismo metodológico consideramos a maneira pela qual conceitos e medidas nas ciências sociais são constrangidos pelo Estado-nação e por tradições acadêmicas nacionais" (PEIRANO, 2004, p.52), e,

Em um sentido mais profundo o nacionalismo metodológico refere-se à maneira pela qual as ciências sociais ficaram presas às relações de poder e tradições confinadas em fronteiras nacionais e, em última instância, requerem diferentes abordagens metodológicas e instrumentais (PEIRANO, 2004, p.52-53).

Cardoso de Oliveira ressalta a importância de sempre situar o contexto em que a antropologia é praticada em cada Estado nacional, não esquecendo as desigualdades entre os Estados nacionais e as especificidades em relação à matriz disciplinar. Hebe Vessuri (1995) a partir de uma sociologia da ciência, construí um modelo de análise para o estudo de estilos nacionais em antropologia a partir de Jamison (1982) que foi influenciado pelo trabalho de Brookman (1979), e examina a história da antropologia na Venezuela.

Entretanto, nas últimas décadas, com a difusão de informática e comunicações globalizadas e o processo rápido de internacionalização da disciplina, muitas das limitações locais que a antropologia sofria até os anos 1970 e 1980, têm sido superadas,

com exceção de países onde os governos mantêm um forte controle sobre a disciplina como, por exemplo, em Cuba (KORSBAEK: LUNA, 2009), na China, e outros Estados nacionais onde a prática da antropologia tem de se adequar às ideologias políticas nacionais. Gordon Mathews (2022) examina o controle político sobre antropologia na República da China. Em Cuba, a ideologia do Estado é de que não existem mais indígenas no país, e os estudos sobre indígenas em Cuba se limitam a pesquisas históricas pesquisas genéticas no campo da antropologia biológica (ALEKSANDRENKOV, 2022). Os antropólogos não conseguem a aprovação de projetos de pesquisa que questionam os princípios do Estado que a nacionalidade cubana sobrepuja quaisquer outras diferenças. Investigações sobre o ressurgimento de identidades indígenas contemporâneas são consideradas irrelevantes quando as instituições do Estado afirmam que os povos indígenas estão extintos e pertencem apenas à história do país.

Cardoso de Oliveira, a partir das suas publicações, nos anos 1980 e 1990, sobre antropologias periféricas e estilos de antropologia, em que explorou o caso específico da Catalunha (CARDOSO DE OLIVEIRA 2000), apontou um caminho para outros antropólogos desenvolver.

Do estudo das chamadas "antropologia periféricas" para os "estilos de antropologia"

Roberto Cardoso de Oliveira começou a estudar a antropologia que se faz em contextos nacionais diversos a partir da noção de "antropologias periféricas" (1988, 1998). Mariza Peirano reforça a hipótese da relação inextricável entre os estilos de antropologia em contextos nacionais, com os processos de construção da nação, ao afirmar que "o pensamento do antropólogo é parte da própria configuração sociocultural na qual ele emerge" (PEIRANO, 1992, p. 237), e que,

dado que o desenvolvimento da antropologia coincidiu e se vinculou à formação das nações-estados europeias, a ideologia de construção nacional (*nation-building*) é um parâmetro e sintoma importante para a caracterização das ciências sociais onde quer que elas surjam (1992, p.237).

Apesar do fato de que esta pesquisa foi inspirada, inicialmente, nas obras de Cardoso de Oliveira (1988a, 1998), dentro da linha sobre "antropologias periféricas" e mais tarde "estilos de antropologia", em que a dimensão comparativa da investigação passou a ser efetivada, inicialmente, através do estudo do que se decidiu chamar de "antropologias periféricas" (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1988a, p.143-159), isto é, aquelas

antropologias situadas na periferia de centros metropolitanos da disciplina (nos centros científicos e acadêmicos onde a antropologia foi gerada - a Inglaterra, a França e os Estados Unidos da América), atualmente a minha pesquisa se desdobrou além desta perspectiva, ao focalizar a etnologia indígena em quatro países onde esta área de estudo passou a ter uma repercussão internacional e de significância universal na disciplina. Como frisa Cardoso de Oliveira, "A justificação maior de um enfoque estilístico sobre as antropologias periféricas está no fato de que a disciplina nos países não metropolitanos não perde seu caráter de universalidade" (1988a, p.143-159). Cabe ressaltar, seguindo Cardoso de Oliveira, que o termo "antropologias periféricas" é usado apenas no sentido de não serem os países onde a antropologia se gerou, e não deve ser confundida com teorias de periferia econômica e/ou política. Cardoso de Oliveira afirma.

Desejo enfatizar - como tenho feito repetidas vezes - que os conceitos de periferia e de centro não possuem mais do que um significado geométrico, certamente em n dimensões, em que espaço e tempo são igualmente levados em conta, sem, porem, implicarem um quadro valorativo, isto e de "boa" ou "má" antropologia ...(2000, p.111). Entretanto, Cardoso de Oliveira passou, posteriormente, a usar a noção de estilos para evitar essa confusão com periferias econômica/política.

Antropologia mundiais

Chamando a atenção para a utilidade da discussão de Cardoso de Oliveira sobre as antropologias centrais versus as antropologias periféricas para problematizar as desigualdades, Ribeiro (2006) ressalta a necessidade de transcender tais desigualdades. Este autor, inspirado pelo movimento coletivo chamado World Anthropologies Network (Redes de Antropologias do Mundo), afirma que esta rede busca contribuir para a articulação de uma antropologia diversificada que seja mais consciente das condições sociais, epistemológicas e políticas nas quais é produzida. O mesmo autor enxerga a antropologia como uma cosmopolítica ocidental concernente às estruturas de alteridade que se consolidou como disciplina acadêmica formal no século XX e que tem por objetivo "ser universal, mas que, ao mesmo tempo, é altamente sensível a suas próprias limitações e à eficácia de outras cosmopolíticas" (RIBEIRO, 2006, p.148). Como um discurso político cosmopolita relativo à importância da diversidade para a humanidade, é parte de uma antropologia crítica da antropologia que descentraliza, re-historiciza e pluraliza a disciplina, enfatizando o papel cada vez mais importante desempenhado por

antropologias não-hegemônicas na produção e na disseminação de conhecimento em escala global.

Um resultado das Redes de Antropologias do Mundo, que contribui para refletir sobre a diversidade de antropologias praticadas em diversos países do mundo no início do século XXI é o livro organizado por Gustavo Lins Ribeiro e Arturo Escobar (2012) que visam colaborar para a criação de uma comunidade transnacional de antropologia dentro de um projeto chamado "Antropologias Mundiais". A obra desses autores parte da premissa de que a globalização permitiu que "os objetos de estudo" da antropologia, os povos nativos do planeta, passassem à posição de sujeitos. Este livro e o projeto que o inspirou visam transcender as dicotomias como ocidental e não ocidental, centro e periferia, hegemônico e não-hegemônico, para considerar os espaços comuns onde as antropologias têm se encontrado e podem se encontrar no futuro. Os artigos que constituem a coletânea abordam as transformações da antropologia e as possibilidades de diálogos transnacionais entre antropólogos, além de levantarem muitas perguntas e temas que revelam a complexidade da proposta, ainda algo utópica, perguntas que muitas vezes não têm respostas, mas que apontam caminhos, num mundo globalizado, para o desafio de estabelecer trocas mais horizontais entre os antropólogos em diversos países do mundo (BAINES, 2014). As reflexões apresentadas, apesar de serem dirigidas mais para a antropologia em termos gerais, oferecem subsídios para refletir sobre estilos de antropologia social junto a povos indígenas, em contextos nacionais diversos. As críticas levantadas pelos organizadores do livro das trocas desiguais entre as antropologias visam ir além das estruturas de poder, vendo a assimetria nos termos da tensão entre o que chamam "provincianismo metropolitano" e "cosmopolitanismo provinciano" (RIBEIRO; ESCOBAR, 2012, p. 32).

Entretanto, o objetivo de transcender as dicotomias proposto por estes autores permanece mais como um ideal a ser alcançado, que não se concretiza nos estilos de antropologia praticados por comunidades de antropólogos de carne e osso.

Etnologia Indígena em Brasil, Canadá, Austrália e Argentina

Cardoso de Oliveira classificou Argentina, Canadá, Austrália e Brasil como "novas nações" (1988, p.143-159), ex-colônias de países europeus, apesar de terem histórias e culturas muito diferentes. Em todos esses quatro países a investigação sobre o "Outro" é conduzida na forma de estudos a respeito de populações indígenas (ainda que não o seja exclusivamente) sobre cujos territórios os Estados nacionais se expandiram. O Canadá e a Austrália, diferentes da Argentina e do Brasil, foram colonizados por "países de

centro" da antropologia - a Inglaterra e a França. Uma questão importante a ser levada em consideração é que no Canadá, diferente do Brasil, da Austrália, e da Argentina, a divisão entre a população francófona e anglófona reflete-se em estilos diferentes de antropologia, do ponto de vista dos antropólogos, dentro do mesmo país. Nos países focalizados registra-se um grande dinamismo nas etnologias indígenas, sobretudo a partir do final da década de 1970, e na Argentina a partir do fim da última ditadura militar (1976 – 1983) que silenciou a Antropologia Social naquele país durante sete anos (RATIER, 2010), com enfoque em temas como etnicidade, política indigenista, e sistemas ideológicos, entre outros e um crescente interesse em focalizar as relações entre povos indígenas e Estados nacionais (VALVERDE, BAINES, em elaboração).

Cardoso de Oliveira ressalta que "o que se procurou exprimir foi, numa primeira instância, a inviabilidade de dissociar a aplicação da antropologia, como um modo privilegiado de conhecimento do Outro, das condições socioculturais, inclusive políticas, que propiciaram seu surgimento enquanto disciplina" (1988, p.149). Acrescenta este autor que "tal conhecimento ocorre num meio ideologicizado, do qual nem o antropólogo, nem a disciplina logram escapar" (1988, p. 149), distinguindo tipos de sociedades em cujo interior a disciplina se instala: as nações mais antigas da Europa, as antigas nações asiáticas, e as "novas nações", empenhadas no processo de construção da identidade nacional, que oferecem evidências sobre a inserção da antropologia na problemática da construção da nação. Este autor retém a ideia de "estilo", apenas aflorada no texto de Gerholm e Hannerz, e parte da oposição centro/periferia para distinguir a antropologia nos países centrais onde a disciplina originou e se consolidou dos países onde foi implantada posteriormente (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1988, p.151). No caso das "novas nações", a antropologia se estabeleceu a partir do estudo do "Outro" interno, os povos indígenas sob cujos territórios uma nova nação se expandiu, o que levou os estudos indígenas a tenderem a não dissociar a investigação dos povos indígenas do contexto nacional em que estavam inseridos.

Nesta linha de pensamento, ressalta Kapferer, que "a subjetividade do antropólogo, como a de qualquer outra pessoa, está fundamentada nos mundos históricos e ideológicos em que ele(a) está posicionado(a)" (1989, p.166). Diversos trabalhos de Cardoso de Oliveira (1988, 2000 [1989]) — a proposta de estudar antropologias periféricas, isto é países onde a antropologia foi implantada após sua consolidação nos centros metropolitanos — Estados Unidos, França e Grã-Bretanha foram realizados. Para mencionar apenas alguns entre muitos desses trabalhos que representam tentativas de

pensar antropologicamente a disciplina no contexto de Estados nacionais diversos com história e culturas diferentes: Peirano (1991 [1981], 1992, 1995) sobre Brasil e Índia; Ruben (1995) e Azzan Júnior (2004) sobre Canadá francófono; Baines (1991, 1993, 1995, 1996a, 1996b, 2003, 2012, 2018) sobre Brasil, Canadá, Austrália; e Teófilo da Silva (2008, 2014, 2022) sobre Canadá francófono.

O ingresso de indígenas na antropologia e pesquisas realizadas por indígenas antropólogos, está conduzindo a um repensar da disciplina e o questionamento de premissas tanto universais quanto nacionais ou regionais, processo que começou primeiro em países como Canadá, Austrália, e Nova Zelândia. No Brasil autores como Gersem Luciano Baniwa (2015), Tonico Benites Guarani Kaiowá (2015), Felipe Cruz Tuxá (2017) e outros/as estão contribuindo para uma revigorização da antropologia a partir de perspectivas indígenas.

Voltando para a reflexão sobre estilos de antropologia, defende Cardoso de Oliveira que "há um espaço para o diálogo teórico e epistemológico em nível planetário" (2006, p. 108). Acrescenta este autor que

Preocupado com essa relação "centro/periferia", um grupo de antropólogos vem realizando no Brasil um programa de investigações com o objetivo de estudar comparativamente a singularidade das chamadas "antropologias periféricas" sob a ótica de uma abordagem estilística que contemple, simultaneamente, a vocação universalista de qualquer disciplina que se pretenda científica frente à realidade de seu exercício em contextos nacionais outros que não sejam aqueles de onde se originaram os paradigmas fundadores da antropologia (2000, p. 108).

Na mesma obra, este autor enfatiza que "teorias e paradigmas são pensados e ativados por comunidades de profissionais de carne e osso" (2000, p. 108). Assinala, também, que "todos os estudos enfeixados nesse programa devotado à construção de uma estilística envolvem [...] pontos de vistos constituídos no quadro social, político e intelectual latino-americano" (2006, p.115), entre os quais se encaixa meu primeiro trabalho sobre a etnologia indígena na Austrália (1995). Ressalta Cardoso de Oliveira que "todas essas antropologias foram observadas a partir de um lugar perfeitamente definido: a América Latina, mais especificamente o Brasil" (2000, p.115).

Como ressalta Adam Kuper, nascido na África do Sul, falando da perspectiva de um país central da disciplina, a Grã-Bretanha, onde se radicou há muitos anos, defensor de uma antropologia internacional e universalista,

Nosso objeto deve ser o confronto dos modelos correntes das ciências sociais com as experiências e modelos dos nossos sujeitos, enquanto insistimos que isso deveria ser um processo recíproco (...). Isso é, inevitavelmente, um projeto cosmopolita, que não pode ser subordinado a qualquer programa político (1995, p.551).

Kuper argumenta que foi revelado que tendências para o nativismo, observadas, por exemplo, na obra de alguns antropólogos na Grécia, e expressas na forma de uma postura crítica ao hegemônico, têm sua origem no discurso hegemônico que está de moda na academia americana. Citando a antropóloga grega, Dimitra Gefou Madianou, que critica essas tendências nativistas, Kuper observa que "É implícito nas suas obras que os antropólogos nativos gregos têm maior reflexividade e capacidade de 'verdadeiramente' compreender a cultura grega e as categorias indígenas" (GEFOU MADIANOU, 1993, p.172-3 apud KUPER, 1995, p.546). Kuper também cita Michael Herzfeld (1986), que se dirige às limitações da tradição nativista grega de antropologia, "mostrando sua subordinação a programas políticos, e sua relação às vezes escamoteada ao discurso antropológico cosmopolita" (KUPER, 1995, p.547). Kuper compartilha com Herzfield uma "visão cética de etnografia nativista, com suas implicações nacionalistas - e às vezes até racistas" (KUPER, 1995, p.547).

Kuper aponta o perigo de debates a nível local, que podem conduzir a uma "espécie de provincialismo etnográfico", e coloca a pergunta: "Esgota-se a discussão ao cruzar as fronteiras entre as tradições regionais de estudos?" (1995:550). Ao comparar a antropologia que se faz na Índia com aquela que se faz no Brasil, Mariza Peirano assinala que

No nosso caso (do Brasil), entre o alto teor de politização local e o fascínio pelo modismo internacional, o viés paroquial parece surgir, estranhamente, na crença de que fazemos parte de um Ocidente homogêneo, [...] desconhecendo o fato de que, no momento em que se cruzam as fronteiras nacionais, o que era aqui uma discussão teórica se transforma imediatamente em simples etnografia regional (PEIRANO, 1992, p.229-230).

Enquanto antropólogos como Adam Kuper e Michael Herzfeld, falando de países centrais da disciplina criticam perspectivas locais, eles mesmos são porta-vozes de uma antropologia universalista de países centrais da disciplina.

Passando para o caso do Quebec, ressalta Richard Handler que, "a personalidade nacional (quebequense) é frequentemente discutida em termos de temperamento e

sangue" (1984, p.60), os quebequenses francófonos distinguindo-se dos anglófonos pela "joie de vivre" e pelo "sangue latino". M. Estellie Smith observa que "Há muito tempo os quebequenses orgulham-se de um 'cosmopolitismo inato' que eles acham estar faltando nas elites anglófonas 'indigestas e antiquadas'" (1984, p.67), postura que surge nas declarações de alguns antropólogos quebequenses sobre a disciplina no Quebec Ao lidar com estilos de etnologia indígena em contextos nacionais e a configuração complexa de lealdades nacionais, imperiais, étnicas e aborígines no qual os antropólogos estão imersos que permeia as suas perspectivas e que podem conduzir a ambiguidades, quando não a contradições e incompatibilidades culturais, remetemos ao trabalho de Cardoso de Oliveira, "Etnicidade, eticidade e globalização" (2006, p. 169-188). Em situações em que ocorre a interseção de dois ou mais campos semânticos diferentes, referimo-nos a uma questão "equacionada pela teoria hermenêutica por meio do conceito de 'fusão de horizontes', observável na prática dialógica discursiva" (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000, p.174).

Ao comentar sobre o estilo de etnologia indígena que se faz no Brasil, em 1990, Ramos constata que "o enfoque privilegiado da etnologia brasileira em relações interétnicas é [...] relacionado a um interesse social e um contexto histórico específico [...] associado a uma atitude de compromisso político para a defesa dos direitos dos povos pesquisados" (1990, p.453). Ao tentar caracterizar o ethos etnológico brasileiro, Peirano (1992) relaciona o estilo específico de antropologia que se pratica no Brasil às raízes do movimento modernista da década de 1920 e ao esforço para a construção da nação brasileira. Os intelectuais no Brasil se esforçaram em construir uma identidade nacional baseada no que era 'nativo'. Ressalta Ramos que no Brasil, "a condição de colonizado moldou o estilo de pensamento social específico da inteligência brasileira" (1990, p.456). A mesma autora acrescenta que, "a hegemonia de ideias, atitudes, e modas euroamericanas que direta ou indiretamente invadem as mentes da população de países como o Brasil, que, neste aspecto, não é diferente de outras nações latino-americanas", o que conduz segundo a mesma "à reação contra isso na forma de uma postura crítica em relação a coisas hegemônicas [...] muitas vezes, porém nem sempre, de inspiração marxista, o que teve o efeito de um afastamento do estilo positivista das ciências sociais norte-americanas e britânicas" (1990, p.456). Ramos, ainda, enfatiza que, apesar do seu "sabor próprio", a antropologia que se faz no Brasil é de nível internacional (1990, p.456).

Mais recentemente, em 2004, ao escrever sobre a antropologia no Brasil, Ruben Oliven, afirma que:

Embora a proporção de antropólogos que se dedicam à etnologia indígena seja pequena, as sociedades indígenas continuam sendo uma referência fundamental em termos tanto de compromisso ético e político da antropologia quanto de referência primeira de elaboração dos temas clássicos da disciplina: parentesco, religião, ritual etc. (OLIVEN, 2004, p. 226).

A Antropologia na Austrália

Em contraste com a antropologia no Brasil, que foi implantada nas universidades em um período histórico que coincidia com esforços por parte dos intelectuais do país de construir uma nação brasileira, na Austrália, desde a implantação de antropologia como uma disciplina acadêmica na Universidade de Sydney em 1926, por Radcliffe-Brown, até a década de 1970, os antropólogos que trabalhavam na Austrália consideravam disciplina como uma extensão da antropologia britânica, um dos países em que a antropologia se consolidou, o que reflete a maneira em que pensavam a respeito do país. Em 1 de janeiro de 1901, a federação das colônias foi realizada e a Comunidade da Austrália foi criada com constituição própria, tornando-se um domínio do Império Britânico de 1907 a 1931, quando se terminou formalmente com a maioria das ligações constitucionais entre a Austrália e o Reino Unido. Os laços constitucionais finais entre a Austrália e o Reino Unido foram cortados apenas em 1986 com a aprovação do Australia Act, o que findou qualquer papel britânico no governo dos estados australianos. Durante várias décadas após a criação da Comunidade Britânica de Nações, a Austrália definia seu lugar em assuntos internacionais com referência ao status do seu país como parte do império britânico mais do que como um país autônomo e independente dentro do sistema internacional, uma situação muito diferente daquela do Brasil ou da Argentina, e em que não cabia uma ideologia de construção de uma nação independente. Em contraste, perdurava uma ideologia de construção do império (STOCKING JR., 1982). Na primeira metade do século XX, a antropologia que se fazia na Austrália deve ser examinada dentro deste contexto.

A Antropologia no Canadá

A antropologia que se faz no Canadá pode ser considerada um estilo de antropologia que surgiu e foi consolidada sob a influência, sobretudo, dos Estados Unidos da América, e também da Grã-Bretanha e da França, facilitada pelas línguas inglesa e francesa, e intercâmbios acadêmicos com estes países, e, mais recentemente, com a

Austrália, o que reforça a sua caracterização como "semi-periférica", conforme a opinião de muitas(os) antropólogas(os) que trabalham no Canadá, no sentido usado por Cardoso de Oliveira (1988, p.143-159).

É impossível discutir a antropologia que se faz no Canadá, sem destacar as diferenças entre a antropologia no Canadá anglófono e francófono e as tensões criadas na disciplina acadêmica por aspirações políticas para a independência de Quebec da Federação do Canadá. Cardoso de Oliveira ressalta que "No caso do Canadá francês, no Quebec, já vamos observar um forte processo de etnicização da disciplina, gerando, a rigor, duas modalidades de antropologia, uma francófona, outra anglófona, profundamente marcadas por seus horizontes linguístico-culturais" (1995: 188).

Em entrevistas realizadas com antropólogos no leste do Canadá em 1995 (BAINES, 1996) e, em 2002, aqueles/as antropólogos(as) anglófonos(as) que compartilhavam a ideologia federalista do Canadá como uma nação bilíngue (francófona e anglófona) expressaram seu desejo de que antropólogos francófonos e anglófonos pudessem comunicar-se como membros da nação canadense. Em contraste, muitos dos antropólogos francófonos, que apoiavam a separação de Quebec da federação canadense, enfatizavam a precariedade da comunicação entre antropólogos anglófonos e francófonos, ressaltando os estreitos laços dos antropólogos francófonos com a antropologia dos grandes centros no nordeste dos Estados Unidos e da França, e não com os antropólogos anglófonos do Canadá do resto do Canadá, tidos como seus opressores coloniais. A forte identificação de antropólogos francófonos no Quebec com os centros metropolitanos da disciplina pode também contribuir para a falta de diálogo entre os antropólogos anglófonos e francófonos na província, ponto de vista ressaltado por Azzan Júnior (2004). M. Estellie Smith nota que "os quebequenses há muito se orgulhavam de um 'cosmopolitismo inato' considerado em falta na elite anglófona 'indigesta e antiquada'" (1984), postura refletida em algumas declarações feitas por antropólogos quebequenses sobre a antropologia em Quebec (BAINES, 1996; 2012).

Antropólogos nativos ou nativos antropólogos?

A antropóloga Kirin Narayan (1993), de mãe norte-americana e de pai indiano que realizou pesquisas na Índia questiona a noção de "antropólogo nativo", ao abordar as ambiguidades que ela enfrentou em suas pesquisas no mesmo país e propõe a sua desconstrução pelo fato que, segundo ela, tem suas raízes na situação colonial que "polariza antropólogos 'nativos' e antropólogos 'autênticos'" (1993, p.672), além do fato de que os antropólogos nacionais de qualquer país ou grupo étnico, ao praticar a

disciplina de antropologia estão se engajando em uma prática científica eminentemente ocidental, fato ressaltado por Gustavo Lins Ribeiro (2006) que aborda a antropologia como uma cosmopolítica.

Para este autor,

A antropologia, desde seu começo, é uma cosmopolítica sobre alteridade de origem ocidental. Se o reconhecimento de uma determinada afirmação em antropologia depende da sua validade, esta validade, em última instância, depende de sua consagração por uma comunidade de argumentação que é também uma comunidade cosmopolita. Até perspectivas nativistas teriam que passar por esse tipo de processo (RIBEIRO, 2006, p.155).

Ribeiro acrescenta que, "De todo modo, qualquer pretensão a uma epistemologia nativista é um paradoxo já que, como Mafeje (2001) observou, d'aprés Rabinow, não há nada mais ocidental do que a discussão sobre epistemologia" (RIBEIRO, 2006, p. 155). Cardoso de Oliveira mostrou sua preferência pelo uso do termo "estilos de antropologia", que abrange os estilos da disciplina em contextos nacionais diversos, seja nos países onde a disciplina surgiu historicamente, seja nos países onde foi implantada posteriormente, seja em países do chamado "primeiro mundo" ou em países do chamado "terceiro mundo".

Esteban Krotz, espanhol radicado no México, foi pioneiro na teorização do conceito das "antropologias do sul" (KROTZ, 1997) na América Latina. As classificações de "antropologias periféricas" de Cardoso de Oliveira e "antropologia do sul" de Krotz são úteis para pensar as desigualdades existentes entre as nações. Outras abordagens falam em "antropologias contra-hegemônicas" em oposição a "antropologias hegemônicas" (TEÓFILO DA SILVA, 2022). Ribeiro propõe a necessidade de transcender modelos duais, pois apesar de refletirem vários tipos de relações de poder, não dão conta de lidar com ordens transnacionais. Mais recentemente, João Pacheco de Oliveira propõe a noção de "regimes de alteridade" e construção de antropologias nacionais em um exercício de antropologia histórica (PACHECO DE OLIVEIRA, 2022).

Ribeiro e Lima (2004) focalizam a crescente internacionalização da antropologia que se faz no Brasil, portanto, corroboram:

[...] nossa antropologia se caracteriza por uma forte relação com a Europa, em especial com a França, com os Estado Unidos e com a América Latina. No último caso, destaca-se o relacionamento com a Argentina. A antropologia brasileira demonstra, com trocas cada vez mais complexas com os países

do Mercosul, sua vocação latino-americana, algo que, certamente se aprofundará no futuro. A internacionalização da antropologia brasileira é um fato que deve se aprofundar também no sentido de geração de conhecimento próprio sobre realidades socioculturais, políticas e econômicas de outros países, à medida que mais e mais pesquisadores realizarem seus trabalhos de campo fora do Brasil (RIBEIRO, LIMA, 2004, p. 10).

Reflexões Finais

As representações que os antropólogos fazem acerca de si mesmos surgem em diversas formas, revelando uma perspectiva de membros de Estados nacionais imperialistas a partir de uma visão universalista no caso dos países de centro (Cf. STOCKING JR., 1982). Essa maneira de se apresentar surgiu, também, para os antropólogos em nações de colonização europeia que pensavam seus países como extensões dos países de centro, o que pode ser postulado para o caso da Austrália na primeira metade do século XX (BAINES, 1995). Os antropólogos podem se identificar como membros de Estados nacionais ex-colônias de países europeus (nos casos do Brasil, da Argentina, da Austrália e do Canadá, apesar das imensas diferenças). No caso de países que se veem em processos de construção nacional, como o Brasil e a Argentina, a partir de uma visão de colonizados que estão inseridos em processos de construção nacional. No caso de países em que os seus antropólogos se veem como semi-periféricos como Canadá e Austrália, como extensões de países imperialistas como a França e a Grã-Bretanha. Ou como membros de nações minoritárias dentro de uma nação que os coloniza e que reivindicam independência do Estado (muitos quebequenses francófonos), e como membros de nações autóctones minoritárias dentro de Estados nacionais, alguns dos quais reivindicam autonomia limitada dentro do Estado nacional, enquanto outros aspiram a uma autonomia radical (alguns antropólogos indígenas na Austrália e no Canadá).

Revela-se uma complexa configuração de lealdades nacionais, imperiais, étnicas e aborígines no qual os antropólogos estão imersos como membros de Estados nacionais, grupos étnicos e indígenas, que permeia as suas perspectivas. Enquanto muitos antropólogos francófonos sentem-se colonizados pelos anglófonos canadenses, a maioria, tanto dos francófonos como dos anglófonos sente-se colonizada pelos americanos, e alguns antropólogos indígenas sentem-se colonizados por todos. Afirma Pacheco de Oliveira que é "importante compreender a formação de alteridades como integrando um intrincado processo de subalternização que aciona categorias e

identidades sociais com direitos bem diferenciados" (PACHECO DE OLIVEIRA, 2016, p.36).

Ao usar a noção de estilos de antropologia é importante lembrar que, apesar das suas limitações, a noção supera as dicotomias como a de "antropologia centrais" versus "antropologia periféricas", desta maneira servindo para o estudo sobre a antropologia nos mais diversos contextos mundiais.

Referências

ALEKSANDRENKOV, Eduard. 2022. Indios de Cuba y etnólogos cubanos. *Revista Española de Antropología Americana* 52(1) p. 81-94

AZZAN JÚNIOR, Celso. 2004. Antropologia e sociedade no Quebec: antes e depois da Revolução Tranquila. São Paulo: Annablume.

BAINES, Stephen Grant. 1991. "Etnologia e Indigenismo na Austrália". Série Antropologia 115. Brasília: Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília. BAINES, Stephen Grant. 1993. "First Impressions from a Brazilian Perspective on the Study of Aboriginal Populations in Social Anthropology in Australia". Série Antropologia 144. Brasília: Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília. BAINES, Stephen Grant. 1995. "Primeiras impressões sobre a etnologia indígena na Austrália". In CARDOSO DE OLIVEIRA, R.; RÚBEN, G.R. (orgs.). Estilos de Antropologia, Campinas: Editora da UNICAMP, (Coleção Repertórios), p. 65-119. BAINES, Stephen Grant. 1996a. "Etnologia Indígena no Canadá: Primeiras Impressões". Série Antropologia, 196, Brasília, Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília.

BAINES, Stephen Grant. 1996b. "Social Anthropology with Aboriginal Peoples in Canada: First Impressions". *Série Antropologia*, 197, Brasília, Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília.

BAINES, Stephen Grant. 2003. "Organizações Indígenas e legislações indigenistas no Brasil, na Austrália e no Canadá". *Arquivos do Museu Nacional.* (61-2), p. 115-128.. BAINES, Stephen Grant. 2012. "Social Anthropology with Indigenous Peoples in Brazil, Canada and Australia - a comparative approach". *Vibrant* (Florianópolis), v.9, n.1, p. 209-238, Artigo em Dossier "Challenges in Brazilian Anthropology", Guest Editor: Bela Feldman-Bianco, Vibrant (Virtual Brazilian Anthropology). Disponivel em: http://www.vibrant.org.br/issues/v9n1/1. Acesso em: 23 ago. 2015.

BAINES, Stephen Grant. 2014. Resenha de livro RIBEIRO, Gustavo Lins; ESCOBAR, Artur (orgs.). 2012, Antropologias Mundiais - transformações da disciplina em sistemas de poder. Brasília Editora UnB. *Anuário Antropológico*, v. 2013 - I, p.259 – 262.

BAINES, Stephen Grant. 2018. Etnologia Indígena no contexto de Estados nacionais diversos: Brasil, Austrália, Canada. *Anuário Antropológico*, Brasília, UnB, v. 43, n. 1: 365-454. Disponível em: http://www.dan2.unb.br/anuarioantropologico-sumarios/172-anuario-antropologico-vol-43-n-1-julho-2018

BENITES GUARANI-KIAOWÁ, Tonico. 2015. Os antropólogos indígenas: desafios e perspectivas. *Novos Debates: Fórum de Debates em Antropologia*, Brasília, Associação Brasileira de Antropologia, vol. 2, n. 1, p. 233-243.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. 1988. "Por uma etnografia das antropologias periféricas". Capítulo 7, In: CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *Sobre o Pensamento Antropológico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: CNPq, (Biblioteca Tempo Universidade; n°.83), p. 143 - 159.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. 1995. "Notas sobre uma estilística da antropologia". In: CARDOSO DE OLIVEUIRA, Roberto e RUBEN, Guilhermo R. (org.), *Estilos de Antropologia*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, p. 177-190.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. 2000 [1998]. "Antropologias periféricas versus antropologias centrais". Capítulo 6, In: CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *O trabalho do antropólogo*. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora UNESP, p. 107 - 133.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. 2000. *O Trabalho do Antropólogo*. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: UNESP.

CRÉPEAU, Robert R. 1995. A antropologia indígena brasileira vista do Quebec: uma proposta de pesquisa. In: CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto; RUBEN, Guilhermo R. (org.) *Estilos de Antropologia*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, p.139 - 154.

CRUZ TUXÁ, Felipe. 2017. "Indígenas antropólogos e o espetáculo da alteridade". Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas, vol. 11, nº 2, p. 93-108.

GERHOLM, Tomas & Ulf HANNERZ. 1982. Introduction: The Shaping of National Anthropologies. *Ethnos*, 4 7, p. 5-35.

HERZFELD, Michael. 1986. Ours once more: folklore, ideology, and the making of modern Greece. New York: Pella.

KROTZ, Esteban, 1997 "Anthropologies of the South. Their rising, their silencing, their characteristics". *Critique of Anthropology* 17(3): 237-251.

KUPER, Adam. 1994. Culture, Identity and the project of a cosmopolitan anthropology. *Man N.S.*, 29, p. 537-554.

KORSBAEK, Leif; LUNA, Marcela Barrios. 2009. La Antropología en Cuba. *Cuicuilco* vol.16 no.46 México may./ago. p.11-33.

LUCIANO BANIWA, Gersem. 2015. Os indígenas antropólogos: desafios e perspectivas. *Novos Debates: Fórum de Debates em Antropologia*, Brasília, Associação Brasileira de Antropologia, vol. 2, n. 1, p. 244-251.

MATHEWS, Gordon. 2022. *Paradigms of Anthropology in China*. Palgrave Macmillan. PACHECO DE OLIVEIRA, João. 2016, *O Nascimento do Brasil: revisão de um paradigma historiográfico*. Rio de Janeiro: Contra Capa. http://jpoantropologia.com.br/pt/livros/

PACHECO DE OLIVEIRA, João. 2022. GT69: Regimes de alteridade e construção de antropologias nacionais: um exercício de antropologia histórica. 33ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA), 28 de agosto a 3 de setembro de 2022.

PEIRANO, Mariza G.S. 1991 [1981]. The Anthropology of Anthropology: The Brazilian Case, Doctoral Thesis, Harvard University, *Série Antropologia* N° 110, Departamento de Antropologia (DAN), UnB.

PEIRANO, Mariza G. S. 1992. *Uma Antropologia no plural: três experiências contemporâneas*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

PEIRANO, Mariza. G. S. 1995. "Desterrados e exilados: antropologia no Brasil e na Índia". In: CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto; RUBEN, Guilherme Raul. (orgs.), *Estilos de Antropologia*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, p.13-30.

PEIRANO, Mariza G. S. 2004, Pecados e virtudes da antropologia - uma reação ao problema do nacionalismo metodológico. *Novos Estudos*, N. 69, CEBRAP, p.49-56.

RAMOS, Alcida Rita. 1990. Ethnology Brazilian Style. *Cultural Anthropology*, 5(4) p. 452 - 472.

RIBEIRO, Gustavo Lins, 2006. Antropologias Mundiais: para um novo cenário global na antropologia. *RBCS*, Vol. 21, no. 60, p. 147 - 165.

RIBEIRO, Gustavo Lins; ESCOBAR, Artur (orgs.). 2012. Antropologias Mundiais: transformações da disciplina em sistemas de poder. Brasília: Editora UnB. 472 pp

RUBEN Guilhermo Raul. 1995. "O 'tio materno' e a antropologia quebequense". In: CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto; RUBEN, Guilhermo R. (org.) 1995, *Estilos de Antropologia*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, p.121-136. p.155-176.

STOCKING, Jr., George W. 1982. Afterword: A View from the Centre. *Ethnos*, 47, p. 172-186.

TEÓFILO DA SILVA, Cristhian. 2008. "O Quebec e a Etnologia Indígena". *Série Ceppac 016*, Departamento de Estudos Latino-Americanos - ELA, UnB, Brasília, 14 p. Disponível em: http://ela.unb.br/images/stories/media/serie/016_silva_2008.pdf

TEÓFILO DA SILVA, Cristhian. 2014. "Da etnicização das teorias aos dilemas de envolvimento com as Primeiras Nações na anthropologie québecoise". *Interfaces Brasil/Canadá*. Canoas, 14(2), p. 231-254.

TEÓFILO DA SILVA, Cristhian. 2022. "Antropologias Contra-hegemônicas e povos indígenas", Paper apresentado na 74ª Reunião Anual da SBPC, em 29/07/2022.

VESSURI, Hebe M. C., 1995. Estilos nacionais de Antropologia? Reflexões a partir da sociologia da ciência. In: CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto; RUBEN, Guilhermo R. (org.) 1995, *Estilos de Antropologia*. Campinas, SP: Editora da Unicamp.